

# Anistia e responsabilidade

ESTADO DE SAO PAULO

1961 09 04 153

ANC  
P2  
ELLEN B. GELD 1960

O fato de durante os primeiros dias do Plano Cruzado muitas pessoas terem levantado empréstimos em boa-fé, achando que a inflação finalmente tinha sido dominada, é algo inquestionável. Muitas pessoas viram naquilo tudo, finalmente, a chance de darem início a um pequeno negócio, de se tornarem independentes — uma atitude extremamente sadia, que teria contribuído em muito para resolver as dificuldades do Brasil, caso se tivesse dado a isto uma oportunidade séria.

Infelizmente, porém, o Plano Cruzado não foi mais sério do que muitos dos pacotes que vieram depois dele; ele foi apenas mais um dos numerosos truques de manipulação, que fizeram com que os brasileiros sentissem que uma forma de sobreviver consiste em tirar vantagens imediatas de situações imediatas antes que elas escapem de qualquer tipo de controle. Esta não é uma atitude saudável; mas é algo que voltou intencionalmente à tona através da introdução, há algumas semanas, no texto da Constituição quase completada da anistia das dívidas contraídas pelos pequenos produtores agrícolas e pelas microempresas.

Realmente, todos podem sentir sinceras simpatias pelas pessoas que investiram, com toda a boa-fé possível, os seus capitais poupados na produtividade e depois viram como os lucros desta produtividade foram anulados por circunstâncias que escapavam do seu controle.

Mas, como todos foram afetados pela farsa do Plano Cruzado, um perdão generalizado para uma parcela apenas dos investidores não pode ser mais justo do que uma solução na qual o fardo monetário tenha de ser carregado novamente por todos.

De fato, a partir do momento em que a notícia da anistia foi divulgada, o produtor agrícola se viu afetado negativamente de duas maneiras diferentes. Em primeiro lugar, fez-se com que ele passasse uma impressão de irresponsabilidade — e, obviamente, quanto maior for, tanto mais irresponsável. Ao mesmo tempo, os financiamentos foram suspensos justamente no momento em que, apenas dois meses antes da época do plantio, os produtores estão colocando seu dinheiro nos preparativos para as plantações. Em termos reais, isto pode significar uma redução na área total a ser plantada, ou, pior ainda, um corte nas práticas de conservação e de fertilizantes, que são necessárias para uma boa produção sem que o solo seja irreversivelmente desgastado.

Isto não chega a ser algo de novo. Durante toda a história brasileira, nunca houve uma política consistente, destinada ao uso da educação, da pesquisa e do financiamento para promover e para manter uma produção agrícola estável. Houve sempre apenas programas erráticos e aleatórios, baseados em necessidades imediatas, tais como renda externa ou alimentos "baratos" para a cesta básica. E, com o passar do tem-

po, uma política agrícola baseada na demagogia aumentou a tal ponto que as pessoas que não conseguem viver das atividades agrícolas preferiram se transferir aos bandos para as cidades. E convém lembrar que os eleitores estão nas cidades, em números muito maiores e mais fáceis de serem atingidos do que os agricultores e pecuaristas espalhados pelo País inteiro.

Considerando-se tudo isto, não é surpreendente que a União Democrática Ruralista (UDR), por exemplo, tentasse unir as livres empresas nas cidades e no País, para formar uma base política mais ampla, capaz de incentivar as mudanças muito necessárias. Os dois setores deveriam ser complementares, pois, como o Brasil demonstrou dramaticamente até agora, um país somente pode prosperar se a indústria for compensada por uma agricultura consistente. Mas, para atingir resultados realmente úteis, uma organização deve ser decorrente de princípios econômicos e políticos que sejam duradouros.

No entanto, no caso da anistia, o que aconteceu foi exatamente o oposto: tendo uma natureza específica, transitória e superficial, a proposta não tinha espaço na agenda da Assembléia Constituinte. Em si, uma Constituição deveria ser um conjunto de princípios básicos em relação ao qual deve ser medida a validade da lei comum; se não for assim, a Constituição nada representará de útil. Juntamente com numerosos outros estatutos de qualidade igualmente dúbia, este caso, fi-

nalmente acaba sendo incluído, servirá apenas para comprometer ainda mais o objetivo desta Constituição. Mas pessoas que têm plena consciência deste fato resolveram apoiar a sua inclusão. E elas o fizeram por motivações puramente políticas; simplesmente porque a Assembléia Constituinte lhes ofereceu um palco conveniente.

Foi um puro ato de imediatismo, que não levou em consideração as conseqüências. Mais um exemplo de manipulação irresponsável, a ser juntado a todos os demais exemplos que, ao invés de fortalecer o domínio da lei, servem para encorajar a arbitrariedade que leva a ordem e o progresso a se transformarem cada vez mais num sonho inatingível.

Acredito que tudo isto se deve ao fato de que, se existe alguma coisa que as pessoas desejem nestes dias, é uma liderança responsável. Uma liderança baseada na lógica, no bom senso e na coragem de ser consistente. A maioria das pessoas já está cansada das alternativas, que tivemos em grandes quantidades. A maioria das pessoas já se conscientizou de que estas atitudes nos conduzem a becos sem saída. Estas pessoas não querem anistia de crimes que não cometeram. E apoiar uma bobagem como esta equivale a cometer uma injustiça contra as pessoas inteligentes, que esperam que os seus líderes cresçam, amadureçam e passem a desempenhar os papéis que aguardam deles.

Ellen B. Geld é pecuarista.